



FOLHAPRESS
redacao@j.com.br

Investigados

Os oito ministros citados por delatores da Operação Lava Jato serão investigados por terem recebido pelo menos R\$ 48,8 milhões de forma ilegal. São eles: Eliseu Padilha, da Casa Civil; Moreira Franco, da Secretaria de Governo; Gilberto Kassab, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Blairo Maggi, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Marcos Pereira, da Indústria e Comércio Exterior; Helder Barbalho, da Integração Nacional; Bruno Araújo, ministro das Cidades, e Aloysio Nunes, das Relações Exteriores.

Remarcado

O ministro Herman Benjamin, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), remarcou para segunda-feira (24) os depoimentos do casal de publicitários João Santana e Mônica Moura, bem como de André Santana, auxiliar de ambos. Eles serão testemunhas na ação que pede a cassação da chapa Dilma-Temer.

► CÂMARA DE JUNDIÁ

Projeto toma permanente ações do 'Anjos da Guarda' nas escolas com objetivos preventivos e educativos de segurança

Emenda à Lei Orgânica será votada em segundo turno

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Amanhã a partir das 18h será realizada a votação em segundo turno do projeto de emenda à Lei Orgânica do Município (126/2017) de Jundiá que inclui entre as atribuições e responsabilidades da Guarda Municipal (GM) a realização de ações educativas e preventivas de segurança nos acessos e arredores das escolas. O trabalho é realizado pelo 'Anjos da Guarda', um projeto da Guarda Municipal de Jundiá. A modificação faz com que, independente do governo, as ações preventivas e educativas sejam realizadas pela corporação. A pauta ainda conta com projetos e moções.

A primeira votação da emenda à Lei Orgânica aconteceu no dia 14 de março e te-

ve aprovação unânime. Na ocasião, o autor, vereador Faouaz Taha (PSDB), líder da bancada, ficou satisfeito com o resultado, lembrando que o projeto é bastante elogiado pelas famílias de estudantes, já que as rondas das guarnições da corporação oferecem maior tranquilidade e redução de índices de violência e criminalidade no entorno das unidades escolares.

Entre os demais projetos que serão analisados um é de autoria do prefeito de Jundiá, Luiz Fernando Machado (PSDB), e altera o Plano de Cargos, Salários e Vencimentos para a vaga de Agente de Serviços Operacionais. Segundo a alteração, o cargo passa a englobar ações de trato com os cães da GM e também na Cobema.

Outro projeto que será votado é de autoria do vereador Marcelo Gastaldo, data-

do de 2014, que regula uso de aparelho portátil de reprodução de música em locais de acesso público. O projeto tem pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Redação e da Comissão de Políticas Urbanas e Meio Ambiente, analisadas à época.

Segundo o autor, o projeto chegou a ser colocado em pauta anteriormente, mas foi retirado. "Existem muitos abusos no uso de aparelhos de música portáteis. É preciso que haja respeito. Se a pessoa quer ouvir uma música, coloque um fone de ouvido. Assim não incomoda os demais", afirma o vereador, ressaltando a regulamentação da 'lei do pandacão', que restringiu o uso de som automotivo em ambientes públicos.

Ainda constam duas moções a serem votadas pela pauta do dia.



PAUTA Com seis itens em votação, pauta terá segundo turno de projeto dos 'Anjos da Guarda'

► ENTREVISTA

A Lava Jato também pegará o Judiciário, diz ex-ministra

"A Lava Jato pegará o Poder Judiciário num segundo momento. O Judiciário está sendo preservado, como estratégia para não enfraquecer a investigação." A previsão é de Eliana Calmon, ministra aposentada do Superior Tribunal de Justiça, ex-corregedora nacional de Justiça. "Muita coisa virá à tona", diz.

Ela foi alvo de duras críticas ao afirmar, em 2011, que havia bandidos escondidos atrás da toga. "Os políticos corruptos nunca temerem a Justiça e o Ministério Público. O que eles temem é a opinião pública e a mídia", afirma.

Como a senhora avalia a lista dos investigados a partir das delações?

Eliana Calmon - Não fiquei surpresa. Praticamente todos os grandes políticos estariam envolvidos, em razão do sistema político brasileiro, que está apodrecido.

Algum nome incluído na lista a surpreendeu?

Calmon - José Serra (PSDB-SP) e Aloysio Nunes Ferreira (ministro das Relações Exteriores, também do PSDB-SP).

A Lava Jato poderá alcançar membros do Poder Judiciário?

Calmon - No meu entendimento, a Lava Jato tomou uma posição política. É minha opinião pessoal. Ou seja, pegou o Executivo, o Legislativo e o poder econômico, preservando o Judiciário, para não enfraquecer esse Poder. Entendo que a Lava Jato pegará o Judiciário, mas só numa fase posterior, porque muita coisa virá à tona.

Os tribunais superiores têm condições de instaurar e concluir todos esses inquéritos?

Calmon - É possível o Poder Judiciário punir a corrupção com vontade política. É difícil, porque tudo depende de colegiado. Muitas vezes alguém pede vista e "perde de



ELIANA CALMON Ex-ministra do STJ adianta que muita coisa ainda virá à tona

vista", não devolve o processo. Hoje, o Judiciário está convicto de que precisa funcionar para punir.

Como deverá ser a atuação do Judiciário nos Estados com os acusados sem foro especial?

Calmon - Hoje, o Judiciário mudou inteiramente. Todo mundo quer acompanhar o sucesso de Sérgio Moro. Os ventos começam a soprar do outro lado.

Como avalia o desempenho da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia?

Calmon - A ministra Cármen Lúcia demonstra grande vontade. Mas vai precisar de muito jogo de cintura. O colegiado é muito complicado, muito ensimesmado. Os ministros são muito poderosos. Há muita vaidade.

Há risco de um "acordão" para sobrevivência política dos investigados?

Calmon - O Congresso Nacional já está tomando as providências para que não haja a punição deles próprios. Eles estão com a faca e o queijo na mão. É óbvio que haverá uma solução política para livrá-los, pelo menos, do pior.

Como vê a crítica de que a lista criminaliza os partidos e a atividade política?

Calmon - É uma forma de

inibir a atividade do Ministério Público e da Justiça. Os políticos corruptos nunca temerem a Justiça. O que eles temem é a opinião pública e a mídia.

A Lava Jato cometeu excessos?

Calmon - Houve alguns excessos, porque o âmbito de atuação foi muito grande.

A senhora foi citada numa das delações por ter recebido da Odebrecht para sua campanha a senadora, em 2014.

Calmon - Foi R\$ 200 mil ou R\$ 300 mil, não me lembro. Não foi mais do que isso. Mas não foi doação a Eliana Calmon, foi ao partido, ao PSB, que repassou para mim. Esse dinheiro está na minha declaração.

Essa contribuição não compromete o seu discurso?

Calmon - Não, em nada. Inclusive, depois da eleição, um dos empregados graduados da Odebrecht perguntou se eu poderia gravar uma entrevista. Os advogados pediam a pessoas com credibilidade para dar um depoimento a favor da Odebrecht, por tudo que a empresa estava sofrendo. Não fiz a gravação. Porque isso desmancharia tudo que fiz com justiça. Sempre agi como Sérgio Moro. (Folhapress)

► CABRAL LEVOU A MAIOR PARTE

Principais obras do Rio geraram repasses de R\$ 152 mi para políticos

Logo que Sérgio Cabral (PMDB) foi eleito governador do Rio, em 2006, um ousado plano de obras que prometia mudar a cara do Estado foi aos poucos tirado do papel. As obras da reurbanização de favelas, com a construção de conjuntos habitacionais e saneamento, a expansão do metrô e até uma grande obra viária, que facilitaria o transporte de cargas na região metropolitana. Nesse bojo entrariam mais tarde as obras vinculadas à Copa do Mundo e a Olimpíada.

Segundo delatores da Odebrecht, as principais obras do Rio supostamente tiveram repasses de recursos ilegais com destino a Cabral e membros da elite política do Rio, como o atual governador do Estado, Luiz Fernando Pezão (PMDB), o ex-prefeito Eduardo Paes (PMDB) e o deputado federal Júlio Lopes (PP), do mesmo partido do atual vice-governador Francisco Dornelles. Os envolvidos negam irregularidades.

Ao menos três delatores da Odebrecht citaram repasses, seja por meio de caixa dois em campanhas, seja por propina ou mesadas ao então governador. Somados, os valores atingem R\$ 152,75 milhões, a maior parte repassada a Cabral.

A Odebrecht teve participação em obras como a reforma do estádio do Maracanã, a estação de metrô em frente ao estádio, a construção da Linha 4 do metrô, a obra do Parque Olímpico, o chamado PAC das Favelas, e a obra viária do Arco Metropolitano. Até mesmo as obras emergenciais de casas de vítimas do desastre da serra, em 2011, teriam tido desvios.

Eleição

O delator Benedito Júnior, BJ, presidente da Odebrecht Infraestrutura, afirma que em 2006 foi procurado por Cabral, ainda na condição de candidato ao governo. Ele teria dito que pretendia estreitar laços com a construtora, e ali foi acertado uma doação declarada de R\$ 100 mil e outros R\$ 3 milhões via caixa dois.



ESTÁDIO Enquanto concessionária do Maracanã, a Odebrecht tenta devolver o contrato

Após eleito, Cabral teria procurado a Odebrecht alegando ter uma fatura de R\$ 12 milhões que teria sobrado para pagar de suas contas de campanha. O executivo diz que inicialmente não concordou com o pagamento, mas como tinha interesses em obras no Estado, acertou que o valor seria pago em parcelas mensais de R\$ 1 milhão.

Benedito Júnior relata que três meses após eleito, os dois conversaram sobre "um grande plano de obras no Estado" que estaria sendo elaborado pelo governador, em reunião no Palácio Guanabara, sede do governo.

Ali teria sido apresentado o plano de Cabral de cobrar 5% de propina de todos os contratos no Estado, pedido que desagradou a Odebrecht, relatou o delator. "Eu falei 'governador, eu preciso primeiro ver os projetos. Nós temos uma agenda e não posso me comprometer antes de ver os projetos'", relatou Benedito.

Cabral teria apresentado o primeiro projeto da parceria, o PAC das Favelas, que prometia a construção de conjuntos habitacionais, teleférico, planos inclinados e reurbanização de vias em locais como Rocinha, Alemão e Manguehins. A Odebrecht atuou no Alemão. O teleférico construído no local não está funcionando por falta de pagamento. A comunidade ainda sofre com a violência e falta de saneamento

básico. Segundo a contabilidade da empresa, Cabral levou ao todo cerca de R\$ 100 milhões em propina da empreiteira de 2006 a 2014. A Odebrecht não aceitou o percentual de 5% exigido pelo governador. Os repasses eram, então, discutidos contrato a contrato.

Outras obras da empresa não saíram como planejado. Enquanto concessionária do Maracanã, por exemplo, a Odebrecht tenta devolver o contrato em função dos prejuízos da operação.

O Arco Metropolitano, obra viária que liga as principais rotas da região metropolitana com avenidas importantes da capital, é evitada pelos motoristas devido aos constantes assaltos e roubos de carga.

O Parque Olímpico, que supostamente teria gerado propina para Eduardo Paes, está parado à espera de interessados em administrar os equipamentos esportivos.

Doação

Em uma das conversas relatadas por Benedito Júnior, no primeiro trimestre de 2014, Cabral teria pedido que a Odebrecht ajudasse na campanha de Pezão, vice-governador e àquela época e seu candidato a sucessão. Teria sido acertado naquele momento um depósito de R\$ 20,3 milhões de caixa, dois à campanha de Pezão, além de um pagamento de 800 mil euros à empresa do marqueteiro Renato Pereira.